

Área Temática: Estratégia em Organizações

A relevância do Capital Social como elemento propulsor da articulação dos atores locais em prol do desenvolvimento regional

AUTORES

THIAGO REIS XAVIER

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
thianaka@yahoo.com.br

ANGÉLICA SKREBSKY RICHTER

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
angelica.keca@gmail.com

MILTON LUIZ WITTMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
wittmann@profwittmann.com

JULIANA KERN

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA MARIA
julianakern@ymail.com

Resumo

O desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornem a região sujeito de seu processo de desenvolvimento. Por outro lado, o capital social pode ser compreendido como o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, que quando existentes em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas. O presente artigo tem como objetivo analisar, no âmbito do CONDESUS, a relação existente entre capital social e o desenvolvimento regional. Para tal, realiza-se uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e delineamento de estudo de caso. Para sistematização, utiliza-se o modelo de Román e Rodriguez (2004), que propõem as seguintes categorias: *Dimensões de Capital Social (C1)*; *Mecanismos (C2)*; e *Resultados (C3)*. Na análise dos resultados, obteve-se que o CONDESUS possibilita a realização de um planejamento regional, através da elaboração de projetos articulados e de planos diretores para cada um dos integrantes. Notando-se, também, que o mesmo carece por melhorias em relação à superficialidade do debate das questões regionais, junto à sociedade e empresas locais.

Palavras-chave: Capital Social, Desenvolvimento Regional, Cooperação.

Abstract

The regional development comprises a regional effort of local societies in the formulation of regional policies in order to discuss the issues that make the region the subject of their development process. On the other hand, social capital can be understood as all the features of social organization, which include networks of relationships, norms of behavior, values, trust, obligations and information channels. These factors, when existing in a region, makes possible to take collaborative actions. The article aims to analyze, under CONDESUS, the relationship between social capital and regional development. For this purpose, was held a qualitative research, descriptive and case study delineation. For systematization, was used the model of Roman and Rodriguez (2004), proposing the following categories: Dimensions

of Social Capital (C1); Mechanisms (C2), and Results (C3). In analyzing the results, it was found that the CONDESUS fostered the development of a regional planning through the development articulated projects between members. Noting, also, that it needs improvement in relation to the superficiality of the discussion of regional issues, with society and local businesses.

Keywords: *Social Capital, Regional Development, Cooperation.*

1. Introdução

Arelada ao crescente aumento da relevância dos estudos envolvendo a temática do capital social, a procura por vantagens competitivas vem motivando a busca, por parte comunidades regionais, por uma maior eficiência dos sistemas regionais, ratificando o fortalecimento dos territórios e das suas relações econômicas, comerciais, políticas e institucionais (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Tal panorama converge para a formação de um sistema econômico global, no qual as empresas não competem isoladamente, mas juntamente com o entorno produtivo e institucional do qual fazem parte, estimulando a criação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, baseada na perspectiva do desenvolvimento regional (BOISIER, 1996).

O processo de desenvolvimento regional compreende um crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea e que tornem a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2000).

Arelado à discussão sobre desenvolvimento econômico e regional, Putnam (1993, p.177) relaciona o capital social a “características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Partindo dessa consideração, Putnam (1993) compreende o capital social como sendo o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, que quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade.

Nesses preceitos, pode-se considerar que o capital social engloba a idéia das pessoas enfrentarem novos desafios para ampliarem suas capacidades de mobilização, buscando desenvolver atitudes e adquirirem conhecimentos que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade (SEN, 2000).

Diante os preceitos apresentados, e partindo da proposição teórica levantada por Putnam (1993) de que o Capital Social facilita a articulação dos atores locais em prol do desenvolvimento regional, o presente estudo tem como objetivo *analisar, no âmbito do CONDESUS, a relação existente entre capital social e o desenvolvimento regional*.

Utiliza-se como unidade de análise o CONDESUS, tendo em vista que este representa um caso no qual se pode notar a existência de ações compartilhadas entre os municípios de colonização italiana: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine e Silveira Martins; juntamente com os municípios de Agudo (colonização alemã), Restinga Seca (colonização alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira) e Pinhal Grande (colonização italiana, portuguesa e espanhola).

Na região, o compartilhamento de ações torna-se possível devido às características geográficas e culturais locais e carência de uma sintonia entre os interesses municipais na busca por estratégias capazes de minimizar as precariedades e maximizar as potencialidades da região.

O CONDESUS constitui uma Associação Civil, pessoa jurídica de direito privado e sem fins econômicos, constituindo-se no fórum legal de discussão de ações, projetos e programas de interesse regional que tenham como objetivo a integração e o desenvolvimento dos municípios consorciados. A administração do consórcio é realizada pelos prefeitos dos municípios envolvidos, com o apoio de uma Secretaria Executiva (QUARTA COLÔNIA, 2011).

A relevância deste estudo se evidencia a partir do momento no qual se observa que a experiência de valorização das potencialidades territoriais da Quarta Colônia leva a questionamentos acerca de como os atores locais se mobilizam na busca pela construção e

condução de estratégias visando minimizar a precariedade da região, e se o capital social é um elemento que se faz primordial neste processo desenvolvimentista.

2. Capital Social

Um dos autores clássicos sobre a temática do capital social, Coleman (1990) procurar afastar o entendimento comum acerca do tema, procurando diferenciar o termo de outros conceitos como o capital econômico e humano.

Para Coleman (1990), o capital econômico é criado, transformando matéria em instrumentos que facilitam produção. Por outro lado, o capital humano é criado, transformando pessoas, conferindo-lhes novas habilidades e capacidades. Enquanto o capital social é resultado das relações entre pessoas, que mudam seu comportamento de modo a facilitar uma ação.

Feita essa diferenciação, faz-se relevante apresentar a definição de Bourdieu (1998) para capital social, que segundo o qual constitui:

(...) o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (p. 67).

Partindo dessa definição e apresentando uma abordagem contemporânea sobre o tema, Fukuyama (2000) ressalta que a passagem da sociedade industrial para a era da informação levou a uma deterioração das condições e relações sociais, promovendo o aumento dos índices de criminalidade e desordem social, declínio das famílias (em relação ao número de membros). O que, segundo o autor, promoveu uma grande ruptura nas relações sociais, acarretando no surgimento de uma cultura individualista.

Para Fukuyama (2000, p.26), “o capitalismo moderno prospera sobre o rompimento de regras em que antigas relações sociais, comunidades e tecnologias são descartadas em favor de outras e mais eficientes”. No entanto, embora estejam sendo rompidas, tanto as regras sociais, quanto os valores morais constituem precondições básicas para o funcionamento eficiente da sociedade, como também para a existência de qualquer tipo de relação cooperativa.

Requisito para a eficiência no capitalismo moderno, a cooperação constitui uma característica fundamental para que os indivíduos trabalhem em equipe, em conjunto, compartilhando valores, normas, regras e objetivos comuns (AGOSTINHO, 2003). Segundo Holland (1996), existem evidências empíricas segundo as quais os indivíduos com traços semelhantes tendem a escolher e exercer funções do mesmo tipo.

Também abordando sobre a questão cooperativa, Sen (2000) se refere a ela como resultante de uma reserva de valores comuns da sociedade, que está intimamente ligada ao capital social, ou seja, ao conjunto de valores ou normais informais comuns aos membros de um determinado grupo, que possibilitam a cooperação entre eles.

De forma complementar, Putnam (2005, p.177) relaciona o capital social a “características da organização como confiança, normas e sistemas, que contribuem para o aumento da eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Visão compartilhada por Capirali e Volker (2004), que definem o tema como o conjunto de normas e valores que conduzem as interações entre os indivíduos, incluindo as instituições que governam a sociedade.

Sob esses preceitos, nota-se, portanto, que uma comunidade não se forma simplesmente pela interação das pessoas umas com as outras, pois as verdadeiras comunidades são unidas pelos valores, normas e experiências (padrões) comuns de seus membros.

Conforme Putnam (2005), para haver cooperação é preciso não apenas confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros. Partilhando dos mesmos pressupostos, Boisier (2000) ressalta que o capital social permite que os membros de um grupo confiem uns nos outros e possam cooperar na formação de novos grupos ou realizar ações em comum. Enquanto Sen (2000) salienta que componentes de um grupo que possuem valores comuns têm maior propensão a confiar uns nos outros, ficando predispostos à cooperação em prol de objetivos compartilhados.

De maneira geral, a partir dos argumentos apresentados, pode-se considerar que o capital social reduz os custos de transação, facilita a gestão de conflitos, limita as práticas monopolistas e assegura que as infrações sejam penalizadas e, portanto, desencorajadas. Em particular, essa redução de custos de transação acelera a transmissão da informação no que diz respeito à difusão e imitação das boas práticas, aumentando, a sinergia entre o grupo de empresas que trabalham em conjunto (CAPORALI E VOLKER, 2004).

O capital social não está relacionado à capacidade de realizar objetivos particulares, mas de assumir determinadas responsabilidades dentro do todo, possuindo importante papel como instrumento de mudança social. Por este motivo, pode-se dizer que o capital social representa a capacidade do homem em construir seu próprio futuro. Engloba a idéia das pessoas enfrentarem novos desafios para ampliarem suas capacidades de mobilização, buscando desenvolver atitudes e adquirirem conhecimentos que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade (SEN, 2000).

2.1. Desenvolvimento Regional e suas Relações com o Capital Social

O processo de desenvolvimento regional compreende um crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea e que sejam capazes de tornar a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2000).

Para Pires (2001), o processo de desenvolvimento regional compreende um crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões centrais da complexidade contemporânea e que tornem a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento.

Segundo Sachs (1986), o entendimento do conceito de desenvolvimento necessita ser compreendido a partir de uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar, que envolva aspectos sociais, culturais, ecológicos, econômicos e espaciais. O que torna mais fácil compreender o significado do desenvolvimento regional, que conforme Boisier (1996, p.33) é o resultado de “um processo de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”.

Através dessa perspectiva, o desenvolvimento regional passa a ser discutido sob a ótica de políticas descentralizadas, fazendo emergir modelos de desenvolvimento baseados em pequenas empresas situadas em regiões consideradas “periféricas” (TAPIA, 2005).

Segundo Tapia (2005), esses modelos desenvolvimentistas passaram a ser analisadas sob a ótica de uma visão integradora, composta por um esquema analítico que combinava três diferentes esferas: a econômica (relação entre as empresas), a social (as características da estrutura social e as condições para a coesão social) e a territorial (organização do território e a estrutura de governança no plano local).

Com base neste argumento, Lorenzo e Fonseca (2008) consideram ser necessário considerar que o êxito das experiências mais recentes em termos de modelos desenvolvimentistas regionais se baseia na concepção de que o fator determinante no desenvolvimento e na competitividade de determinada região é a capacidade de atuação organizada da própria sociedade local.

Nesses preceitos, o que se pode extrair desses modelos de desenvolvimento regional é que a articulação dos diversos atores representativos de uma localidade é fundamental para o desenvolvimento local. Esses atores são representados pela sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 2004).

É a partir dos argumentos apresentados por Buarque (2004) que se pode estabelecer uma relação entre o capital social e o desenvolvimento regional, especialmente a partir das considerações de Putnam (1993), que inclui à concepção de que o primeiro influencia no segundo, especialmente em termos econômicos.

A partir dessa noção, faz-se possível compreender o capital social como sendo o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, que quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade (PUTNAM, 1993).

Com base no que fora exposto sobre capital social, Fukuyama (2000) passa a considerá-lo como a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico nas próximas décadas: a cooperação; ressaltando que as nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar colaborativamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições.

Segundo Bandeira (2007), a articulação dos atores sociais implica em um mínimo de participação vista como essencial para a construção de capital social, o qual aumenta a propensão desses atores a colaborarem e a empreenderem ações coletivas fundamentais para o desenvolvimento efetivo de uma localidade. Sendo que, em contrapartida, a baixa ou ausente participação é vista como causa de fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos.

Nesta avaliação, conforme destaca Andrade (2011, p.33), “a ausência de uma interação suficiente com os segmentos relevantes da sociedade tende a fazer com que muitas das ações públicas sejam mal formuladas, tornando-se incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos”.

3. Modelo Teórico

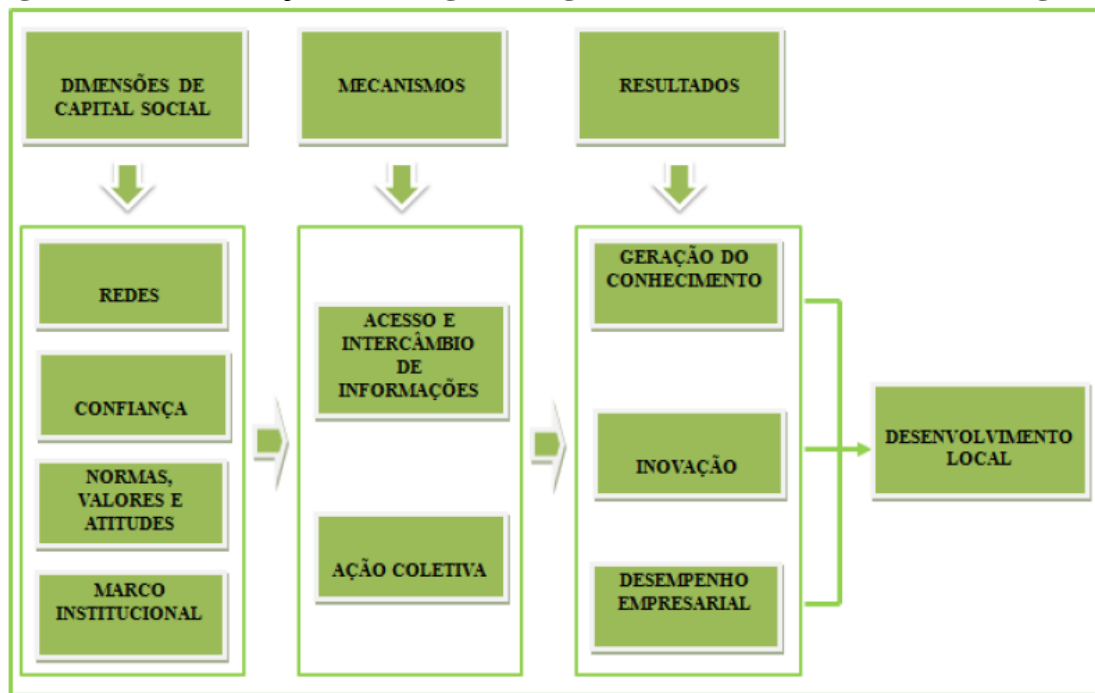
Através de uma revisão bibliográfica sobre o tema, observa-se a incipiência de estudos conceituais e práticos que procurem relacionar e compreender a temática do capital social no âmbito das organizações (ANDRADE, 2011).

Entretanto, mesmo diante esta escassez, evidenciam-se estudiosos que procuram estabelecer essa relação, tais como Weisz e Vassolo (2004), que aprofundam sobre os efeitos do capital social sobre projetos de empresas nascentes; Sanabio (2006), que aborda as relações de confiança e colaboração com as redes organizacionais; e Beugelsdijk, Koen e Noorderhaven (2009), que discutem acerca da cultura organizacional e sua influência na capacidade de aliança de uma empresa e como isto afeta o capital social.

No entanto, mesmo diante a relevância das abordagens e contribuições dos autores citados, na sistematização do presente estudo considerou-se como mais adequado para o alcance do objetivo proposto o modelo de Román e Rodriguez (2004), que propõem um conjunto de categorias direcionadas para análise do capital social no âmbito de organizações, procurando estabelecer um vínculo direto entre o tema em questão e o processo de desenvolvimento regional.

Nesses preceitos, Román e Rodriguez (2004) dividem as categorias de análise do capital social em três etapas: *Dimensões de Capital Social (C1)*; *Mecanismos (C2)*; e *Resultados (C3)*; conforme sistematizado pela figura 1.

Figura 1: Sistematização das categorias segundo o modelo de Román e Rodriguez (2004)



Fonte: Andrade (2011), adaptado de Román e Rodriguez (2004).

Conforme esboço apresentado pela figura 1, no que se refere à primeira categoria proposta por Román e Rodriguez (2004) – *Dimensões de Capital Social (C1)* – destacam-se como subcategorias: a) *Redes*; b) *Confiança*; c) *Normas, Valores e Atitudes*; e d) *Marco institucional*.

Segundo Andrade (2011, p.43), relacionada à categoria *Dimensões de Capital Social (C1)*, a subcategoria *Redes* pode ser compreendida como “sistemas compostos por conexões e representados por sujeitos sociais, tais quais indivíduos, grupos e organizações, que se encontram conectados por algum tipo de relação”, sendo relevante para a compreensão das relações existentes entre atores econômicos e as organizações existentes e que pode ser verificada através da confiança e cooperação entre os envolvidos (OLAVE; AMATO NETO, 2005).

Por outro lado, a *Confiança* decorre de uma relação resultante de um grupo de agentes individuais que têm em comum um conjunto de normas ou valores capaz de desencadear uma cooperação aliada à competição e a troca de informações entre os diferentes elos da organização (FUKUYAMA, 2000).

Atrelada à confiança, as *Normas, Valores e Atitudes* referem-se à cultura, à ideologia e ao comportamento social dos grupos envolvidos, que segundo UPHOFF (2000) contribuem para o comportamento cooperativo. E por último, o *Marco Institucional* caracteriza a importância das instituições, das quais são legitimadas pela sociedade – através de convenções, códigos de conduta, normas de comportamento, leis e contratos – regras formais e informais reguladoras das interações existentes (NORTH, 1990).

Após a conceituação e explicação das *Dimensões de Capital Social*, Román e Rodriguez (2004) salientam a necessidade de se desenvolverem *Mecanismos* que possam viabilizar a presença das dimensões destacadas no âmbito interno das organizações, como forma de estabelecer um ambiente favorável à cooperação. Para tal, são definidos como subcategorias: a) o *Acesso e Intercâmbio de Informações* e b) a *Ação Coletiva*.

Com relação à primeira subcategoria, pondera-se que o *Acesso e Intercâmbio de Informações* “é considerado um processo dinâmico por meio do qual as organizações se relacionam com o ambiente e por meio do qual as sub-partes da organização se conectam entre si” (ANDRADE, 2011, p.44-45); o que pode ocorrer através do fluxo de mensagens em uma rede (KUNSCH, 1997).

Por outro lado, a *Ação Coletiva* é caracterizada como um importante elemento para o sucesso das relações cooperação, constituindo-se um importante desafio para aqueles que visam mobilizar atores a participarem de ações baseadas em comportamentos cooperativos. Sobre essa subcategoria, Olson (1999, p.14) chama atenção para o oportunismo e salienta que “mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns”.

Por fim, destacadas as *Dimensões de Capital Social* e os *Mecanismos*, Román e Rodriguez (2004) evidenciam a categoria *Resultados*, dentro da qual se destacam subcategorias tais como: a) *Geração de Conhecimento*; b) *Inovação*; e c) *Desempenho Empresarial*.

Com relação à *Geração do Conhecimento*, Román e Rodriguez (2004) ressaltam que a mesma pode derivar das relações entre agentes e empresas, através da transformação e acúmulo do conhecimento tácito individual em implícito, o que facilitaria a aprendizagem de novos conhecimentos (COHEN e LEVINTHAL, 1990).

Já, a *Inovação* resulta de um processo contínuo em um movimento de destruição criativa no qual a organização, ao assimilar o conhecimento existente, gera novas ideias, produzindo novas combinações que revolucionam a estrutura econômica, destruindo a antiga e promovendo o desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1982).

Processo o qual, no que no tange o modelo proposto, se relaciona à necessidade de se estabelecer parcerias para facilitar a aquisição de novas tecnologias e conhecimentos que possam fornecer suporte às mudanças realizadas em espaços de tempo cada vez menores (ANDRADE, 2011).

Por fim, o *Desempenho Empresarial*, segundo Román e Rodriguez (2004) consiste em verificar os impactos que a inserção de pequenas e médias empresas nos resultados da organização como um todo.

Sendo assim, partindo das conceituações apresentadas, tem-se como resultante das etapas do modelo, o alcance do desenvolvimento das regiões (municípios) nas quais a organização estudada encontra-se localizada.

4. Método de Estudo

Esta seção apresenta a estrutura metodológica utilizada que permitiu a operacionalização da pesquisa e encontra-se dividida em: tipo e delimitação da pesquisa; técnicas e instrumentos de coleta de dados; e tratamento, análise e interpretação dos dados.

4.1. Delimitação da Pesquisa

O estudo constitui-se em uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e delineamento de estudo de caso. Esta opção decorre do fato de se pretender realizar uma análise da relação existente entre Capital Social e desenvolvimento regional no contexto de um consórcio intermunicipal (CONDESUS).

A pesquisa qualitativa apresenta características como: tem o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador como instrumento fundamental de coleta de dados; utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada; busca do significado das situações para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas; preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto e privilégios ao enfoque indutivo na análise dos dados (TRIVIÑOS, 1987).

O delineamento da pesquisa como sendo um estudo de caso se deve diante da possibilidade de compreender um fenômeno social complexo através de um método que permitiu uma investigação que possibilitou preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real (ciclo de vida dos indivíduos, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos) (YIN, 2005).

Esta premissa possibilitou a seleção do delineamento estudo de caso, pois este método se diferencia devido a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências como documentos e entrevistas com as pessoas nele envolvidas (YIN, 2005). Tais características são inerentes ao CONDESUS, que devido a sua relevância, conforme destacado no capítulo introdutório, constitui a unidade de análise na qual se aplica a presente pesquisa.

4.2. Fontes da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas subsequentes, sendo a primeira consistiu em uma pesquisa documental e bibliográfica e a segunda em entrevistas semi-estruturadas junto aos grupos de atores (gestores) que integram a estrutura de administrativa do caso.

No que se refere à pesquisa documental e bibliográfica, Yin (2005) destaca que para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes, o que permite que sejam feitas inferências a partir de documentos. As inferências devem ser tratadas somente como indícios que valem a pena ser investigados mais a fundo, passíveis de ser falseadas em pesquisas futuras. Destacada a importância dessa etapa, para a presente pesquisa foram consultados, além de materiais bibliográficos: sites da Internet, livros, estatutos, relatórios e materiais técnicos disponibilizados pelo consórcio que contém informações históricas e atuais sobre o caso em estudo.

Posteriormente, na segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que segundo Yin (2005, p.116) constituem “uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso”. Esse procedimento foi aplicado ao conjunto de atores formais que integram CONDESUS, separados em dois grupos, cuja divisão, sintetizada pelo quadro 3, foi estabelecida a partir da estrutura de cargos que compõe o consórcio.

Quadro 1: Grupos de atores (gestores) entrevistados durante a pesquisa

Grupos	Descrição
Secretaria Executiva (G1)	Secretário Executivo do CONDESUS
Conselho de Prefeitos (G2)	Prefeitos dos nove municípios integrantes do CONDESUS

Fonte: elaborado pelos autores.

As entrevistas possibilitaram acesso ao conhecimento e ao contexto das pessoas proporcionando uma maior profundidade dos elementos a serem coletados, o que foi feito por meio da elaboração de um roteiro com perguntas pré-estabelecidas. O roteiro serve, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante, sendo que, durante a realização das mesmas foram feitas adequações pertinentes que não foram inicialmente previstas (LAKATOS e MARCONI, 1992).

Destaca-se que para a condução das entrevistas foram considerados aspectos ressaltados por Gil (2009), tais como: preparação do roteiro de entrevista, estabelecimento do contato inicial, formulação das perguntas, estímulo a respostas em profundidade, registro das respostas e conclusão da entrevista.

O protocolo de entrevistas foi elaborado procurando atender às categorias apresentadas pelo modelo de estudo (figura 1), ou seja: a) Dimensões do Capital Social (Redes; Confiança; Normas, Valores e Atitudes; e Marco Institucional); b) Mecanismos (Acesso e Intercâmbio de Informações; e Ação Coletiva); e Resultados (Geração do Conhecimento; Inovação e Desempenho Empresarial).

4.3. Análise e Interpretação de Dados

O tratamento dos dados qualitativos foi feito seguindo o método da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), com o auxílio do *software NVivo 8.0*, através do qual foi possível codificar, filtrar, fazer buscas, questionar e categorizar os dados para responder ao problema de investigação.

A análise de conteúdo tem por objetivo identificar o que foi relatado sobre o tema em estudo. O método análise de conteúdo possibilitou ao pesquisador definir um conjunto de elementos, que através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, geraram indicadores que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens (BARDIN, 1977).

Os dados qualitativos do presente estudo foram obtidos e analisados seguindo a seguinte ordem: a) revisão bibliográfica sobre os temas que envolvem o caso estudado; b) pesquisa de fontes secundárias; c) definição dos blocos integrantes do protocolo de entrevistas; d) elaboração do roteiro de entrevistas; e) agendamento das entrevistas; f) realização da pesquisa de campo; g) exploração do material coletado; h) tratamento, inferência e interpretação dos dados; e i) análise dos resultados.

5. Unidade de Estudo: o CONDESUS e sua Atuação no Desenvolvimento Regional da Quarta Colônia

Partindo dos argumentos apresentados e visando alcançar ao objetivo proposto para o estudo, o presente trabalho utiliza como unidade de análise o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), tendo em vista que se trata de uma organização na qual se pode notar a existência de uma estrutura organizacional, viabilizada através da articulação dos atores locais em prol do desenvolvimento regional.

No que se refere à região de localização do consórcio, a Quarta Colônia, nota-se que a mesma possui uma história e uma política que favorece a integração entre os nove municípios da região. Trata-se de uma região “com características rurais, de economia primária e com elementos naturais e culturais que necessitam de instrumentos e medidas legais de preservação para o crescimento socioeconômico sustentável” (BEVILACQUA, RORATO, COLUSSO, 2010, p.8).

Na Quarta Colônia, a integração municipal se dá através da existência de ações compartilhadas entre os municípios pertencentes, o que é possível devido às características geográficas e culturais dessas localidades, que juntas compõem uma região constituída a partir de uma similaridade étnico-cultural e socioeconômica.

Conforme Bolfe e Spolaor (2010), a urbanidade na Quarta Colônia tem um papel de luta e manifestações políticas, atualmente vivenciadas no processo de planejamento e de políticas públicas, como ocorre no CONDESUS, que há muitos anos vem incorporando ações e programas para o desenvolvimento da região e que tem por objetivo “a integração e a promoção do desenvolvimento regional, observando os princípios da sustentabilidade social, cultural e ambiental” (COLUSSO e BEVILACQUA, 2010, p.49).

As ações do consórcio se refletem regionalmente na medida em que são produzidas políticas de desenvolvimento dotadas às suas vocações locais, dedicando seus esforços em prol da representação da identidade local/regional (BOLFE e SPOLAOR, 2010).

A criação do CONDESUS configura uma estratégia diferenciada de conformação territorial sobrepujando as delimitações político-administrativas criadas ao longo dos processos emancipatórios (FROEHLICH *et al.*, 2009) que tem como finalidade maximizar as

potencialidades da região, que por muito tempo foram desperdiçadas pela falta de sintonia entre os interesses do homem da cidade e o do campo (BATTISTELLA, ERDMANN, WITTMANN, 2008).

A proposta de trabalho apresentada pelo CONDESUS privilegia a valorização e o resgate da identidade regional, a busca por educação ambiental e patrimonial e o desenvolvimento sustentável (BATTISTELLA, ERDMANN, WITTMANN, 2008) de uma “região historicamente definida pelos contextos migratórios e colonizadores, bem como pelas relações interétnicas que ali foram estabelecendo-se ao longo do tempo” (FROEHLICH *et al.*, 2009, p.03).

O CONDESUS estabelece uma entidade sem fins lucrativos, constituindo-se no fórum legal de discussão de ações, projetos e programas de interesse regional que tenham como objetivo a integração e o desenvolvimento dos municípios consorciados (ITAQUI, 2002). Em 2005, o consórcio adequou o seu estatuto à Lei Federal nº. 11.107 de 06 de Abril de 2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos; migrando, em 2010, para consórcio de direito público, possuindo sede no município de São João do Polêsine.

Sua estrutura administrativa é formada por uma Secretaria Executiva (composta por um Secretário Executivo e por uma Secretária), que conta com o apoio de um Conselho de Prefeitos (composto pelos prefeitos dos nove municípios que integram a região da Quarta Colônia) que elegem a cada dois anos o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio.

Para tomada de decisões, os membros do Conselho de Prefeitos realizam, periodicamente, reuniões ordinárias (geralmente bimestrais), coordenadas pelo Secretário Executivo e Presidente, nas quais são colocadas em pauta discussões de interesse regional e projetos elaborados pela Secretaria Executiva do consórcio. Quando necessário, são convocadas reuniões extraordinárias, caso seja necessário que algum assunto não previsto seja tratado pelos membros.

6. Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos durante a pesquisa, procurando explorar as categorias apresentadas por Román e Rodriguez (2004): *Dimensões de Capital Social (C1)*; *Mecanismos (C2)*; e *Resultados (C3)*.

6.1. Dimensões de Capital Social (C1)

No que diz respeito à categoria *Dimensões de Capital Social (C1)* observa-se que no âmbito do CONDESUS as *Redes* são compostas por um sistema integrado pelos prefeitos dos nove municípios componentes do consórcio (Conselho de Prefeitos), que juntos se relacionam com a Secretaria Executiva (formada por um Secretário Executivo e por uma Secretária, ambos contratados).

Aprofundando sobre esse relacionamento, através das entrevistas observa-se que os projetos executados pelo consórcio são, em sua maioria, elaborados e colocados em pauta pela Secretaria Executiva, que os submete ao Conselho de Prefeitos em reuniões ordinárias (mensais) ou extraordinárias (caso necessário).

Compreendendo-se as relações existentes entre os atores que compõem o CONDESUS, verifica-se a existência de um espírito de cooperação, observando-se através das entrevistas que a capacidade conseguida pelo consórcio em agenciar a união entre os municípios em prol de um objetivo comum é possível devido a sua capacidade de promover o cooperativismo como um meio potencial capaz de gerar resultados positivos através de agrupamentos e ações compartilhadas, visando o desenvolvimento regional. Ponto que corrobora com a teoria apresentada por autores como Boisier (2000), Fukuyama (2000), Capirali e Volker (2004), Putnam (2005) e Román e Rodriguez (2004).

Tal cooperação é possível devido à existência um elevado grau de *Confiança* entre os membros, resultante de um conjunto de normas ou valores comuns, a partir do momento no qual se nota que os membros do consórcio compreendem que para se desenvolver, os

municípios membros precisam promover ações colaborativas e trabalhar em conjunto, o que vai de encontro aos pressupostos teóricos apresentados por Fukuyama (2000), Sen (2000), Agostinho (2003) e Olave e Amato Neto (2005).

Também relacionada à cooperação, nota-se que no caso do CONDESUS a mesma foi possível devido à necessidade pela afirmação regional da Quarta Colônia (e seus municípios), o que se observa através da análise das entrevistas, quando se nota que a criação do consórcio e todo o processo que o envolveu favoreceram o nascimento de um sentimento de identificação com a região.

Conforme mostram as entrevistas, o surgimento da identificação regional, fez com que as pessoas passassem a se sentir como pertencentes à Quarta Colônia e não a este ou aquele município em específico, partilhando de *Normas, Valores e Atitudes* comuns que, de certa forma, conduzem o comportamento social dos envolvidos, indo de encontro aos preceitos de Fukuyama (2000), Sen (2000), UPHOFF (2000) e Agostinho (2003).

No entanto, embora o consórcio apresente características que concordam com os pressupostos pelas demais subcategorias relacionadas à categoria *Dimensões de Capital Social (C1)* proposta por Román e Rodriguez (2004), nota-se que em relação ao *Marco Institucional* o CONDESUS ainda não tem sua importância legitimada para a sociedade.

Tal lacuna foi destacada pelos entrevistados que salientaram que o consórcio não possui reconhecimento por parte da sociedade, especialmente por estes não conseguirem enxergar o papel desempenhado pela associação em prol do desenvolvimento da região. Considerações que divergem dos pressupostos apresentados por Román e Rodriguez (2004), como também por North (1990).

6.2. Mecanismos (C2)

Além dos aspectos relacionados à categoria *Dimensões de Capital Social (C1)*, Román e Rodriguez (2004) salientam a necessidade de se desenvolverem *Mecanismos (C2)* que possam viabilizar a presença das dimensões destacadas no âmbito interno das organizações, como forma de estabelecer um ambiente favorável à cooperação, estabelecendo para tal, como subcategorias: a) o *Acesso e Intercâmbio de Informações* e b) a *Ação Coletiva*.

No que diz respeito à subcategoria *Acesso e Intercâmbio de Informações* nota-se, a partir das entrevistas, que o CONDESUS não promove meios eficientes com o intuito de promover a troca de informações junto aos seus atores externos, divergindo do que foi proposto por Román e Rodriguez (2004) e apresentado por Andrade (2011).

Conforme observado no Estatuto Social do CONDESUS, o consórcio constitui uma associação cuja administração compete aos membros integrantes do Conselho de Prefeitos e da Secretaria Executiva, não existindo outros membros da sociedade que ocupam cargos de poder e influência, não havendo, portanto, a preocupação com o desenvolvimento de mecanismos eficientes e eficazes que possam viabilizar o Acesso e Intercâmbio de Informações entre o consórcio e os atores que compõem o seu ambiente externo.

Tal consideração pode ser feita a partir do momento no qual se observa que uma deficiência do consórcio em trabalhar e desenvolver projetos em conjunto com sindicatos e grupos empresariais presentes na região.

Aprofundando sobre esse aspecto, os entrevistados destacaram a dificuldade dos sindicatos e empresas locais em reconhecer o consórcio como elemento propulsor do desenvolvimento na região, o que pode representar um elemento causador desse problema de interação. Ainda sobre essa relação, os entrevistados apontaram para a baixa articulação do consórcio com os movimentos sociais locais, o que vir a justificar a não existência de planos conjuntos entre o consórcio e os demais membros sociais da região. Tais considerações divergem dos requisitos levantados por Boisier (1996) e Tapia (2005).

No entanto, embora seja notada uma deficiência no *Acesso e Intercâmbio de Informações* do consórcio com seu ambiente externo, identifica-se que o mesmo possui

mecanismos eficientes relacionados a essa subcategoria em relação aos seus membros internos.

Tal consideração pode ser feita, a partir do momento no qual se observa no Estatuto Social do consórcio, o que confirmado pelas entrevistas, que durante o processo de tomada de decisões, são realizadas, bimestralmente, reuniões da Assembleia Geral Ordinária – instância máxima do CONDESUS –, que, conforme estabelece o Art. 24 do Estatuto Social, têm como competências funções relacionadas a difusões de informações entre os membros.

Além das reuniões ordinárias, o Estatuto do CONDESUS prevê, em seu Art. 22, Assembleias Gerais Extraordinárias, que podem ser convocadas, quando necessárias, pelo Presidente ou pela iniciativa de no mínimo 1/5 (um quinto) dos representantes dos municípios consorciados.

Através das análises das entrevistas, pôde-se observar que através das reuniões são discutidos assuntos inerentes ao consórcio e tomadas decisões consideradas pertinentes pelos membros, sendo que as pautas são, geralmente, propostas pelo Secretário Executivo.

Por fim, ainda sobre os *Mecanismos* dentro do CONDESUS, identificou-se que funções como manejo orçamentário, administração de pessoal e gestão de projetos competem à Secretária Executiva. Ademais, aspectos burocrático-legais, empenhos e pagamentos cabem à Secretária, funcionária concursada pelo consórcio.

Abordados os mecanismos internos de *Acesso e Intercâmbio de Informações*, observa-se, através das entrevistas, que mesmo o Estatuto Social preveja procedimentos que favorecem para que o consórcio possua suas ações voltadas para o alcance da *Ação Coletiva* de seus membros, alguns entrevistados divergem sobre a real aplicabilidade desses pressupostos.

Tal consideração pode ser feita a partir da observação do relato de alguns entrevistados, que destacaram que todos os membros apoiam as decisões regiões propostas pelo consórcio, mesmo quando alguns dos projetos desenvolvidos não atende diretamente a todos os municípios, mas são capazes de gerar benefícios indiretos para todos os membros.

Todavia, embora alguns entrevistados tenham destacado a predominância de uma visão colaborativa entre os membros do CONDESUS visando a *Ação Coletiva* em detrimento a ações oportunistas, nota-se através de outros relatos a existência de conflitos de interesses e divergências, como também a insatisfação de prefeitos sobre o comportamento individualista e participação dos demais membros, o que de certa forma diverge dos pressupostos apresentados por Olson (1999).

6.3. Resultados (C3)

Destacadas as *Dimensões de Capital Social (C1)* e os *Mecanismos (C2)*, Román e Rodriguez (2004) evidenciam a categoria *Resultados (C3)*, dentro da qual os autores destacam aspectos tais como: a) *Geração de Conhecimento*; b) *Inovação*; e c) *Desempenho Empresarial*.

No que diz respeito à *Geração do Conhecimento* dentro consórcio, através do Estatuto Social e das entrevistas, observa-se que a mesma se resume aos membros da Secretaria Executiva, pois a mesma é composta pelos únicos cargos que têm todas as suas atividades somente vinculadas ao CONDESUS. Tal evidência foi ressaltada pelos entrevistados, que relataram a dificuldade dos prefeitos, em decorrência dos encargos de uma prefeitura, acompanharem de perto o dia-a-dia do consórcio.

Outro ponto referente à subcategoria, que salienta o acúmulo de conhecimento tácito individual dentro do consórcio relaciona-se à participação do Secretário Executivo do CONDESUS em todas as etapas de planejamento, implementação e execução, sendo o único que acompanhou as fases de evolução do mesmo, desde a criação.

Este ponto pode ser justificado pelos períodos eleitorais, que de quatro em quatro anos interferem nas estruturas administrativas das prefeituras de cada município, e

consequentemente, na composição do Conselho de Prefeitos. Tais aspectos dificultam a aprendizagem e difusão de conhecimento entre os demais membros da organização, divergindo dos pressupostos apresentados por Román e Rodriguez (2004) e Cohen e Levinthal (1990).

Ademais, com relação à *Inovação* promovida pelo CONDESUS, nota-se que o mesmo busca estabelecer parcerias, especialmente junto a Universidades, procurando viabilizar o acesso a novas tecnologias e conhecimentos, que por si só o consórcio não conseguiria obter.

No entanto, vale ressaltar que, embora existam tais parcerias, pouco tem sido feito com o intuito de gerar novos conhecimentos, visando criar novas ideias, que permitam gerar, em conjunto com os parceiros, novas tecnologias eficientes e eficazes que permitam modificar profundamente a estrutura econômica e social da região em questão, conforme salienta ser necessário os preceitos apresentados por Schumpeter (1982), Román e Rodriguez (2004) e Andrade (2011).

Por último, sobre o Desempenho Empresarial, pode-se notar através dos relatos dos entrevistados que o CONDESUS trouxe aos atores políticos da Quarta Colônia, uma capacidade de se promover a união entre os municípios em prol de um objetivo comum, através de agrupamentos e ações compartilhadas, visando o desenvolvimento regional.

A realização dessas ações compartilhadas levou ao fortalecimento da “marca” Quarta Colônia, que se tornou reconhecida estadual e nacionalmente, viabilizando a aquisição de recursos financeiros, junto ao governo federal, para a aquisição de equipamentos e realização de obras de infra-estrutura na região.

Por fim, destacando outros benefícios que o CONDESUS trouxe para a Quarta Colônia, identificou-se a realização de um planejamento regional, que permitiu a elaboração de projetos articulados e de planos diretores para cada um dos municípios integrantes, como também de toda a região.

Por outro lado, apesar dos resultados positivos gerados pelas ações promovidas pelo consórcio, nota-se que o mesmo carece por melhorias, especialmente no que diz respeito à busca por qualificação de seus serviços turísticos, como também, especialmente, com relação à superficialidade do debate das questões regionais, junto à sociedade e aos grupos empresariais locais.

7. Considerações

Tendo em vista que este estudo tem como objetivo analisar, no âmbito do CONDESUS, a relação existente entre capital social e o desenvolvimento regional, pode-se considerar que através da utilização do modelo proposto por Román e Rodrigues (2004), o mesmo foi alcançado.

Utilizando-se o modelo tornou-se possível analisar uma realidade uma região na qual se observa a existência de ações compartilhadas, entre nove municípios, que buscam promover o desenvolvimento regional.

Aprofundando sobre as categorias propostas pelo modelo, obteve-se que, em relação às *Dimensões de Capital Social (C1)*, o consórcio compõe um sistema integrado pelos prefeitos dos municípios envolvidos (Conselho de Prefeitos) e por uma Secretaria Executiva. E que as *Redes* de relacionamento existentes dentro deste sistema são baseadas no cooperativismo, resultante de um alto grau de *Confiança* entre os membros, que partilhando de *Normas, Valores e Atitudes* semelhantes (comuns) desenvolvem ações conjuntas visando o desenvolvimento regional da Quarta Colônia.

No entanto, embora tenham apresentado resultados favoráveis às três primeiras subcategorias inerentes à categoria *Dimensões de Capital Social (C1)*, as análises destacaram que o consórcio, embora tenha favorecido o surgimento de uma identidade regional, o CONDESUS na importância legitimada para a sociedade, divergindo da importância do *Marco Institucional* ressaltada por Román e Rodriguez (2004) e North (1990).

Sobre a categoria *Mecanismos (C2)*, obteve-se que o CONDESUS não se preocupa em desenvolver mecanismos eficientes e eficazes que possam viabilizar o *Acesso e Intercâmbio de Informações* entre o consórcio e os atores que compõem o seu ambiente externo. Destacando-se ainda a deficiência do consórcio em trabalhar e desenvolver projetos em conjunto com sindicatos e grupos empresariais presentes na região. Por outro lado, identifica-se que o mesmo possui mecanismos eficientes relacionados a essa subcategoria em relação aos seus membros internos.

Adiante, sobre a categoria *Mecanismos (C2)*, identificou-se uma divergência nos relatos dos entrevistados sobre a predominância de uma visão colaborativa entre os membros do CONDESUS visando a *Ação Coletiva* em detrimento a ações oportunistas.

Por último, sobre a categoria *Resultados (C3)*, evidenciou-se que a *Geração do Conhecimento* dentro consórcio se resume aos membros da Secretaria Executiva, sendo ressaltada a dificuldade dos prefeitos, em decorrência dos encargos de uma prefeitura, acompanharem de perto o dia-a-dia do consórcio. Ainda sobre essa categoria, observou-se que o acúmulo de conhecimento tácito individual dentro do consórcio se resume aos membros da Secretaria Executiva, o que pode ser justificado pelos períodos eleitorais, que a cada quatro anos interferem na composição do Conselho de Prefeitos.

Ademais, com relação à *Inovação* promovida pelo CONDESUS, nota-se que o mesmo busca estabelecer parcerias, especialmente junto a Universidades, procurando viabilizar o acesso a novas tecnologias e conhecimentos, que por si só o consórcio não conseguiria obter.

Enquanto o *Desempenho Empresarial* levou ao fortalecimento da “marca” Quarta Colônia, e possibilitou a realização de um planejamento regional, através da elaboração de projetos articulados e de planos diretores para cada um dos municípios integrantes, como também de toda a região.

Por outro lado, apesar dos resultados positivos gerados pelas ações promovidas pelo consórcio, nota-se que o mesmo carece por melhorias, especialmente no que diz respeito à busca por qualificação de seus serviços turísticos, como também, em relação à superficialidade do debate das questões regionais, junto à sociedade e aos grupos empresariais locais.

Essas carências configuram alguns pontos que a serem melhorados em relação ao caso, pois conforme ressaltam o Boieser (1996), Dallabrida (2000), Vázquez Barquero (2001) e Tapia (2005), a participação conjunta dos atores públicos, privados e sociais é um dos fatores considerados como essenciais para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, considerando-se os resultados obtidos através do estudo de caso, surgem alguns questionamentos: Seria possível/viável estabelecer uma estrutura organizacional, baseada nos pressupostos teóricos do capital social, que permitisse a participação de todos os atores da sociedade? Ou realmente faz-se necessário centralizar essas decisões a um determinado grupo de atores em específico, conforme ocorre no CONDESUS?

Além da deficiência em relação à participação dos atores privados e sociais no consórcio, através dos resultados não se torna possível estabelecer uma relação direta que comprove que o capital social é o principal responsável pelos resultados positivos gerados pelas ações desenvolvidas pelo consórcio, sendo possível, somente, inferir que a existência do mesmo favorece a implementação de ações cooperativas.

Tal consideração traz a necessidade por questionamentos sobre a real influencia que o capital social exerce na promoção o desenvolvimento regional, sendo este um ponto que fica em aberto para que possa ser investigado em pesquisas futuras.

Como limitação da pesquisa, ressalta-se que foi considerada a inclusão de um grupo que envolvesse os atores sociais dos municípios da Quarta Colônia (moradores, representantes de associações de bairro e dos municípios) e outro que abarcasse os atores privados locais (representantes de associações empresariais/comerciais e industriais da região). Porém,

durante a realização da mesma observou-se que a inserção desses grupos inviabilizaria a conclusão do estudo, sendo este ponto uma sugestão para a realização de pesquisas futuras.

Outra sugestão compete à possibilidade de replicar a metodologia utilizada em outros casos, na tentativa de se obter resultados que venham a corroborar ou falsear as análises aqui realizadas e, conseqüentemente, contribuir com o avanço teórico de estudos envolvendo a mesma temática.

8. Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, M. E. **Complexidade e organizações**: em busca da gestão autônoma. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANDRADE, E. O. **Arranjos produtivos locais, capital social organizacional e desenvolvimento local**: um estudo de caso no APL coureiro-calçadista de Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.
- BANDEIRA, P. S. Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, jan./abr. 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATTISTELLA, L. F.; ERDMANN, R. H.; WITTMANN, M. L. A experiência vivida pelo ser-gestor no desenvolvimento regional de um consórcio de municípios. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v.1, n.2, p.263-274, mai./ago. 2008.
- BEUGELSDIJK, S., KOEN, C. I.; NOORDERHAVEN, N. G. A dyadic approach to the impact of differences in organizational culture on relationship performance. **Industrial Marketing Management**, v.38, n.3, p.312-323, 2009.
- BEVILACQUA, D.; RORATO, G. Z.; COLUSSO, I. (org.). **Quarta Colônia**: construção e planejamento municipal e regional. 160p. Santa Maria/RS: Editora UFSM, 2010.
- BOISIER, S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Talca: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.
- _____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, Brasília: IPEA, 1996.
- BOLFE, S. A.; SPOLAOR, S. O espaço urbano e o espaço rural da/na região da Quarta Colônia: significando a pequena cidade. In: BEVILACQUA, D.; RORATO, G. Z.; COLUSSO, I. (org.). **Quarta Colônia**: construção e planejamento municipal e regional. 160p. Santa Maria/RS: Editora UFSM, 2010.
- BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- BOURDIEU, P. (1980) O capital social: notas provisórias. In.: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. Capítulo III. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CAPORALI, R.; VOLKER, P. (Org.). **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: projeto promos - Sebrae - BID: versão 2.0. Brasília: SEBRAE, 2004.
- COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Absorptive capacity: new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, v.35, p.138-152, 1990.
- COLUSSO, I.; BEVILACQUA, D. Análise da morfologia urbana dos municípios da Quarta Colônia. In: BEVILACQUA, D.; RORATO, G. Z.; COLUSSO, I. (org.). **Quarta Colônia**: construção e planejamento municipal e regional. 160p. Santa Maria/RS: Editora UFSM, 2010.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge. Mass./London, UK, 1990.
- DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- FROEHLICH, J. M. *et al.* Narrando territorialidade: identidade territorial da Quarta Colônia – RS. SOBER 47º congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

- FUKUYAMA, F. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HOLLAND, J. H. **Hidden order: how adaptation builds complexity**. Edição em paperback, s.l.: Helix Books, 1996.
- ITAQUI, J. **Quarta Colônia: inventários técnicos**. Santa Maria: CONDESUS, 2002.
- KUNSCH, M. M. K. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992.
- LORENZO, H. E.; FONSECA, S. A. A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios: a experiência do Consórcio Intermunicipal Central Paulista. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 55-63, jan./jun. 2008.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change, and economic performance**. New York: Cambridge University, 1990.
- OLAVE, M. E. L; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gestão & Produção**, v.8, n.3, p.289-303, dez., 2005.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. Edusp: São Paulo, 1999.
- PIRES, M. S. **Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do MERCOESTE**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.
- PORTES, A.; LANDOLT, P. The downside of social capital. **The American Prospect**, n.26, mai-jun/1996.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- QUARTA COLÔNIA. **Portal da Região da Quarta Colônia**. Disponível em: <<http://www.quartacolonia.com.br/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.
- ROMÁN, C.; RODRIGUEZ, P. **La contribucion del capital social e la creacion de empleo em Andalucia**. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional, 2004.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: vértice, 1986.
- SANABIO, M. T. Redes organizacionais: paradigmas e capital social. In.: Encontro Nacional de Engenharia de Produção. **Anais...** Fortaleza: 2006.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia de Letras, 2000.
- TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concentração social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n. 1, p. 132-139, jan./mar., 2005.
- TRIVIÑOS, A. Pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, A. N. S. (Ed.). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. p.116-173. São Paulo: Atlas, 1987.
- UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analyses and experience or participation. In.: Paryha Dasgupta and Ismail Serageldin (eds.). **Social capital: a multifaceted perspective** Washington, D. C.: Word Bank, 2000.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- WEISZ, N., VASSOLO, R. O capital social das equipes empreendedoras nascentes. **Revista de Administração de Empresas**, v.44, n.2, p.26-37, 2004.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.